ECONOMIA

economia@correiodoestado.com.br

UNIDADE DE FERTILIZANTES DE TRÊS LAGOAS

Russos compram fábrica de MS e devem assumir obra em 60 dias

Grupo Acron venceu a licitação do empreendimento da Petrobras e promete pagar fornecedores

EDUARDO FREGATTO

ARQUIVO

UFN3. Retomada da obra da unidade paralisada em 2014 pela Petrobras deve custar R$ 2 bilhões

O processo de compra da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Petrobras (UFN-III), em Três Lagoas, parece ter finalmente chegado ao fim. As informações foram repassadas pelo senador Pedro Chaves (PRB), que destacou que o conglomerado russo Acron foi o vencedor da licitação e, além de adquirir o empreendimento, o grupo estrangeiro também pagará os 178 fornecedores que levaram calote da Petrobras após a paralisação das obras em 2014. O montante das dívidas chega a R$ 38 milhões e levou muitos empresários a decretarem falência pela falta de pagamento do serviço prestado ou produto vendido.

A retomada das obras, aponta o senador, deve começar em um prazo de 60 dias, pelo menos. "Eram seis grupos interessados. Depois, sobraram dois e agora o consórcio russo vai assumir a fábrica. Já está sacramentado, eles já estão lá olhando o local", afirma Chaves.

Na última semana, a Câmara Municipal de Três Lagoas aprovou em caráter de urgência a prorrogação do prazo para o fim da construção da unidade para março de 2022. O projeto de lei foi aprovado com 14 votos. A proposta também demandou à Petrobras mais R$ 6 milhões em ações mitigatórias, que deverão ser pagos até dezembro de 2020, Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) com alíquota de 1% após o início das operações da unidade e Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) com alíquota de 2%.

Além disso, no mês passado, o governador Reinaldo Azambuja publicou decreto mantendo os 90% de incentivos fiscais à companhia que adquirir a unidade de fertilizantes.

Saiba

Produção de ureia e amônia

Quando foi anunciada a planta, a Petrobras projetou que sua capacidade seria para produzir 3.600 toneladas por dia de ureia, além de 2.200 toneladas por dia de amônia. Sendo assim, Mato Grosso do Sul passaria a ter, pelo projeto, a maior fábrica de fertilizantes nitrogenados da América Latina.

A porcentagem já havia sido assegurada em decreto de 2009 para a Petrobras, antes de a estatal paralisar as obras do empreendimento. Em 2015, isso significava incentivos em torno de R$ 2,2 bilhões.

HISTÓRICO

A construção da unidade de fertilizantes teve início em setembro de 2011 e foi interrompida em dezembro de 2014, quando a Petrobras rompeu contrato com o consórcio até então responsável, formado pelas empresas Galvão Engenharia – denunciada na Lava Jato – e Sinopec. Estima-se que 80,95% do projeto esteja executado.

Em setembro de 2017, a Petrobras deu início ao processo de venda, como parte de sua estratégia de saída integral da produção de fertilizantes no País.

Ao todo, a obra consumiu R$ 3 bilhões de investimentos e, para concluí-la, o novo comprador deve arcar com custo de R$ 2 bilhões, mas pode ser que esse valor tenha aumentado, em razão do desgaste natural após tanto tempo de paralisação.

Em janeiro, o grupo russo Acron, que adquiriu a planta, já havia se reunido com o governo do Estado para discutir a concessão de incentivos fiscais à Petrobras e o fornecimento de gás natural.

SEFAZ

Profisco terá início em junho no Estado

LEANDRO ABREU

O governo do Estado espera assinar até o mês de junho deste ano o contrato do Profisco II com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de R$ 150 milhões. A linha de crédito tem como objetivo financiar projetos de melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial dos estados.

Chamado de "Missão do BID", o grupo avalia e ajuda os técnicos do governo do Estado a montar as propostas nos moldes que o banco exige. Agora, as equipes que vieram a Mato Grosso do Sul seguirão na defesa do processo com o banco.

O trabalho conjunto começou em novembro, quando o Executivo estadual recebeu a primeira visita. Em fevereiro, foi realizada mais uma validação da proposta e, no fim de março, fechado o documento que dará suporte às ações de modernização. "Vamos seguir agora com a operação dentro das instâncias revisoras do BID. Já encaminhamos para a primeira instância revisora o pacote completo da operação", relata Ana Lúcia Dezolt, chefe da missão do BID.

A visita final de consolidação das informações foi realizada na última semana do mês de março, quando cada líder de produto apresentou os projetos que serão desenvolvidos, informações estatísticas das secretarias envolvidas.

Enquanto a missão tramita a proposta nas instâncias revisoras do BID, o governo do Estado trata do empréstimo com o Tesouro Nacional. Vários estados estão pleiteando os recursos do Profisco II. Os primeiros a aprovar o projeto no fim do segundo semestre de 2017 foram Ceará, Maranhão e Piauí. Em seguida, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rondônia.

DECISÃO DA JUSTIÇA

Trabalhadores poderão sacar PIS dos últimos cinco anos

FOLHAPRESS

A Justiça Federal em São Paulo determinou que a Caixa e o Banco do Brasil convoquem todos os trabalhadores que não receberam abonos salariais do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) nos últimos cinco anos para sacar o dinheiro.

A decisão é resultado de uma ação civil pública ajuizada pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, órgão vinculado ao Ministério Público Federal em São Paulo. As informações são da Agência Brasil. A ordem judicial estende-se aos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, que compõem a 3ª Região da Justiça Federal.

Trabalhadores que ganham até dois salários mínimos mensais têm direito a receber o abono equivalente a um salário mínimo anual, mas, segundo o MPF, "nem todos sabem disso". De acordo com a Procuradoria, os bancos públicos "têm não só deixado de divulgar amplamente a disponibilidade dos recursos aos beneficiários, como também se baseado em prazos inconstitucionais para dificultar os saques".

Os prazos são estipulados em resoluções da União, editadas anualmente por meio do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O MPF explica que a Constituição garante o direito ao abono sem condicioná-lo a datas para saque.

Em nota, o Banco do Brasil diz que cumpre integralmente a legislação vigente sobre o Pasep, informa que foi notificado da decisão e está avaliando as medidas cabíveis. A Caixa informa que aguarda manifestação do Codefat "para a adoção das providências".